

TERMO DE REFERÊNCIA
DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 013/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 038/2026

(FUNDAMENTO LEGAL: ART. 75, INCISO I DA LEI 14.133/2021)

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Lagoa de São Francisco - PI, por meio do Setor de Licitações da entidade, realizará Dispensa de licitação, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso I, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

A Dispensa de Licitação será realizada por meio eletrônico, no site da Licitanet, disponível em: <https://licitanet.com.br/>

1.OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

O objeto da presente dispensa é **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS E DA 3ª ETAPA DA REFORMA DO ESTÁDIO DE FUTEBOL NO MUNICÍPIO DE LAGOA DE SÃO FRANCISCO – PI.**

A contratação ocorrerá em item/lote único, conforme tabela EM ANEXO:

1.1.Havendo mais de um item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND	QUANT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS E DA 3ª ETAPA DA REFORMA DO	UND	1	R\$23.880,00	R\$23.880,00

	ESTÁDIO DE FUTEBOL NO MUNICÍPIO DE LAGOA DE SÃO FRANCISCO – PI				
--	--	--	--	--	--

1.2. R\$ 23.880,00 (vinte e três mil, oitocentos e oitenta reais.)

1.3. **O critério de julgamento adotado será o menor preço**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto as especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA.

Os fornecedores deverão enviar propostas, no site da Licitanet, disponível em: <https://licitanet.com.br/>

2.1.1. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no envio de suas propostas, não cabendo ao órgão entidade

2.1.2. promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e sociedades cooperativas.

3. INGRESSO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa desta dispensa de licitação se dará com o envio de sua proposta através do e-mail: cpllsf@gmail.com

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do e-mail cpllsf@gmail.com, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos

3.6. recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem

3.9. como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.10. Uma vez enviada a proposta, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

4. HABILITAÇÃO

4.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

4.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor

4.3. detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto a existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br>)

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

4.3.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

4.3.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que

prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciara para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimentos similares, dentre outros.

6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a sua desclassificação 6.2.3 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

4.4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

4.4.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

4.4.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

4.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

4.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação integridade do documento digital.

4.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento

diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

4.8. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

4.8.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a habilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

4.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

4.10. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

4.10.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

4.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

5. CONTRATAÇÃO

5.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela compra, será emitida a Nota de Empenho e o adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota de empenho para aceitar a Nota de Empenho, sob pena de decair do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

5.1.1. O prazo previsto para aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

5.2. O Aceite da Nota de Empenho, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

5.2.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

5.2.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

5.2.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

5.3. O local e prazo de entrega dos itens estão descritos no anexo II.

5.4. Na assinatura do empenho será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a entrega do item.

6. SANÇÕES

6.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- 6.1.1.dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 6.1.2.dar causa a inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 6.1.3.dar causa à inexecução total do contrato;
- 6.1.4.deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 6.1.5.não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 6.1.6.não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 6.1.7.ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 6.1.8.apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 6.1.9.fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 6.1.10.comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 6.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 6.1.11.praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 6.1.12.praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 6.2.O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - b) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
 - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 6.3.Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 6.3.1.a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 6.3.2.as peculiaridades do caso concreto;
 - 6.3.3.as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

6.3.4.os danos que dela provierem para a Administração Pública;

6.3.5.a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.4.Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

6.5.A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

6.6.A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

6.7.Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização — PAR.

6.8.A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo a Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

6.9.O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

6.10.A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo

6.11.administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

6.12.As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

7.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1.No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

7.1.1.republicar o presente aviso com uma nova data;

7.1.2.valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

7.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

7.1.3.fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

7.2.As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

7.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

7.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

7.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

7.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

7.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

7.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

7.11. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

7.11.1. ANEXO I — Termo de Referência

7.11.2. ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

7.11.3. ANEXO III – Modelo de Proposta de Preços;

7.11.4. ANEXO IV – Modelo de Declaração de Vistoria.

Lagoa de São Francisco - PI, 22 de maio de 2026

Presidente da CPL

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS E DA 3ª ETAPA DA REFORMA DO ESTÁDIO DE FUTEBOL NO MUNICÍPIO DE LAGOA DE SÃO FRANCISCO – PI

1. INTRODUÇÃO

1.1. Este Termo de Referência foi elaborado em cumprimento ao disposto no art. 72 da Lei nº 14.133/2021.

1.2. A contratação direta está prevista no art. 75, I, da Lei nº 14.133/2021.

2. OBJETO

2.1. O presente Termo de Referência tem por finalidade definir as diretrizes para a contratação de empresa especializada em engenharia e arquitetura para a:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS E DA 3ª ETAPA DA REFORMA DO ESTÁDIO DE FUTEBOL NO MUNICÍPIO DE LAGOA DE SÃO FRANCISCO – PI.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE SÃO FRANCISCO-PI					
PLANILHA RESUMO					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO	
				UNIT.	TOTAL
1.0	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ENGENHARIA				
1.1	PROJETOS BÁSICOS E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	unid.	1,00	11.940,00	11.940,00
1.2	PROJETOS BÁSICOS E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS DA 3ª ETAPA DA REFORMA DO ESTÁDIO DE FUTEBOL	unid.	1,00	11.940,00	11.940,00
TOTAL GERAL ORÇAMENTÁRIO.....R\$					R\$ 23.880,00
OBS. 1: Os preços unitários estão com base na Tabela SINAPI Dezembro/2025 - Sem Desoneração; ORSE Novembro/2025; SICRO Outubro/2025 - Sem Desoneração.					
OBS. 2: Orçamento em conformidade com o Acórdão TCU 2622/2013, obedecendo a lei da desoneração.					

3. JUSTIFICATIVA

3.1. A presente solicitação justifica-se na necessidade de elaboração de projetos técnicos de engenharia e arquitetura para Pavimentação de Vias Públicas e para a 3ª Etapa da Reforma do Estádio de Futebol, ambos no Município de Lagoa de São Francisco – PI.



3.2. A pavimentação das vias públicas é instrumento essencial de desenvolvimento urbano e inclusão social, garantindo acessibilidade, melhoria da mobilidade e das condições sanitárias e de qualidade de vida da população. A elaboração de projeto técnico de qualidade é condição indispensável para a correta execução das obras e para a captação de recursos junto aos órgãos federais e estaduais financiadores.

3.3. A reforma do Estádio de Futebol é fundamental para garantir condições adequadas de segurança, conforto e funcionalidade às práticas esportivas e ao lazer da comunidade, sendo a elaboração do projeto básico da 3ª etapa indispensável para dar continuidade às obras.

3.4. Diante do exposto, resta justificada a contratação almejada, em conformidade com as necessidades da Prefeitura Municipal de Lagoa de São Francisco – PI.

4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços a contratar compreendem a elaboração de Projetos Básicos de Engenharia e Arquitetura para os dois objetos descritos a seguir, com todos os elementos técnicos necessários à correta execução das obras e à prestação de contas junto aos órgãos financiadores.

4.1. PROJETO BÁSICO DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS

Os serviços de elaboração do projeto de pavimentação abrangerão os seguintes itens:

- Levantamento Planialtimétrico Cadastral das vias;
- Estudo topográfico com implantação de marcos e poligonal enquadrada, em coordenadas UTM/SIRGAS-2000, obedecendo à norma NBR 13.133/94 da ABNT;
- Projeto Geométrico de Pavimentação (traçado planimétrico e altimétrico, seções transversais-tipo, perfis longitudinais, dimensionamento da estrutura do pavimento conforme normas DNIT vigentes);
- Projeto de Drenagem Superficial (sarjetas, valetas de proteção, sarjetões e bocas-de-lobo, conforme intensidade pluviométrica da região e normas DNIT e ABNT aplicáveis);
- Projeto de Sinalização Viária horizontal e vertical, conforme CTB e normas CONTRAN/SENATRAN vigentes;
- Memorial Descritivo e Especificações Técnicas de materiais e serviços;
- Planilha Orçamentária referenciada no SINAPI/SICRO/ORSE-SE/SEINFRA-CE, com composições de custos unitários e BDI detalhados, em conformidade com o Acórdão TCU nº 2.622/2013;
- Memória de Cálculo e quantitativos dos serviços;
- Cronograma Físico-Financeiro detalhado;
- Relatório fotográfico atualizado das vias, com legendas;
- ART (CREA) ou RRT (CAU) do responsável técnico, devidamente quitada.

4.1.1. ESTUDO TOPOGRÁFICO

O estudo topográfico deverá iniciar com a implantação de marcos estrategicamente localizados, dando sequência com o levantamento de todos os pontos de interesse. Os dados obtidos em campo serão processados em softwares específicos, indicando a precisão obtida em cada levantamento.

As coordenadas a serem utilizadas serão de origem UTM, a partir do datum oficial brasileiro (SIRGAS-2000).

4.1.2. PROJETO GEOMÉTRICO DE PAVIMENTAÇÃO

A contratada deverá elaborar o projeto geométrico das vias a pavimentar, em etapas sucessivas: levantamentos, anteprojeto e projeto básico. O projeto deverá contemplar a definição do traçado planimétrico e altimétrico, seções transversais-tipo, perfis longitudinais com greides definitivos, projeto de terraplenagem e definição da estrutura do pavimento, com dimensionamento conforme normas DNIT.

4.1.3. PROJETO DE DRENAGEM SUPERFICIAL

Deverão ser definidos os pontos de captação e escoamento das águas pluviais em função do levantamento planialtimétrico da área e das condições naturais do terreno. O projeto contemplará exclusivamente os elementos de drenagem superficial, compreendendo o dimensionamento de sarjetas, valetas de proteção, sarjetões e bocas-de-lobo, de acordo com a intensidade pluviométrica da região e com as normas DNIT e ABNT aplicáveis, garantindo o adequado escoamento das águas ao longo das vias pavimentadas.

4.1.4. PROJETO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA

O projeto de sinalização deverá indicar a sinalização horizontal (faixas de pedestres, linhas de divisão de faixas, linhas de bordo, setas e demais marcas viárias) e vertical (placas regulamentares, de advertência e informativas), em conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro e as normas CONTRAN/SENATRAN vigentes.

4.1.5. MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

O memorial descritivo deverá conter informações completas sobre a obra, incluindo localização, aspectos geográficos, fisiográficos e socioeconômicos do local, justificativa para implantação, objetivos, metas, fonte de recursos e concepção do projeto. As especificações técnicas deverão abordar o sistema construtivo adotado, normatização aplicável, materiais a empregar e ensaios de controle tecnológico.

4.1.6. ORÇAMENTO – PLANILHAS, COMPOSIÇÕES DE CUSTO UNITÁRIO E CRONOGRAMA

Conforme o Decreto nº 7.983/2013, o custo global de referência deverá ser obtido a partir de composições dos custos unitários iguais ou inferiores à mediana dos custos do SINAPI e/ou SICRO. Poderão ser utilizadas como referências complementares as tabelas do ORSE/SE e SEINFRA/CE. O BDI deverá ser calculado de acordo com o Acórdão TCU nº 2.622/2013. Todas as planilhas e documentos deverão ser entregues em formato digital (*.xls e *.pdf) e físico, assinados pelo responsável técnico, acompanhados da respectiva ART/RRT.

4.1.7. ANOTAÇÃO OU REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Todos os projetos e demais peças do relatório previstos neste Termo de Referência deverão ser acompanhados da respectiva ART (CREA) ou RRT (CAU), devidamente quitada.

4.2. PROJETO BÁSICO DA 3ª ETAPA DA REFORMA DO ESTÁDIO DE FUTEBOL

4.2.1. Os serviços de elaboração do Projeto da 3ª Etapa da Reforma do Estádio de Futebol no Município de Lagoa de São Francisco – PI abrangerão a contratação de equipe técnica especializada em engenharia e arquitetura para a elaboração do projeto básico, planilhas orçamentárias e demais peças técnicas necessárias à execução da referida etapa.

4.2.2. O escopo do projeto da 3ª etapa deverá contemplar os seguintes elementos:

- Levantamento arquitetônico e cadastral das instalações existentes do estádio;
- Projeto Arquitetônico da 3ª etapa da reforma, incluindo plantas baixas, cortes, elevações e detalhamentos;
- Projeto Estrutural, quando aplicável às intervenções previstas;
- Projetos de Instalações Elétricas, quando necessários;
- Memorial Descritivo e Especificações Técnicas de materiais e serviços;
- Planilha Orçamentária referenciada no SINAPI/SICRO/ORSE-SE/SEINFRA-CE, com composições de custos unitários e BDI detalhados (Acórdão TCU nº 2.622/2013);
- Memória de Cálculo e quantitativos dos serviços;
- Cronograma Físico-Financeiro detalhado;
- Relatório fotográfico atualizado das instalações existentes, com legendas;
- ART (CREA) ou RRT (CAU) do responsável técnico, devidamente quitada.

4.2.3. O projeto deverá observar as normas técnicas ABNT vigentes, em especial: instalações esportivas (NBR 15.862), acessibilidade (NBR 9050) e prevenção e combate a incêndios conforme legislação estadual do Piauí.

4.2.4. Toda a documentação técnica deverá ser entregue em formato digital (PDF) e físico, assinada pelo responsável técnico, acompanhada da respectiva ART ou RRT.

5. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Para Habilitação Jurídica:

- Registro comercial, no caso de empresa individual;
- Ato constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor), devidamente registrado no órgão competente.

5.2. Para Qualificação Econômico-Financeira:

- Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei;
- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial e extrajudicial.

5.3. Para Regularidade Fiscal:

- Inscrição no CNPJ do Ministério da Fazenda;
- Inscrição no Cadastro de Contribuintes estadual ou municipal;
- Certificado de Regularidade do FGTS;
- Certidões de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

5.4. Para Regularidade Trabalhista:

- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº 12.440/2011.

5.5. Para Qualificação Técnica:

5.5.1. A licitante deverá apresentar Certidão de Registro e Quitação da pessoa jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, bem como do respectivo responsável técnico indicado para execução dos serviços.

5.5.2. A licitante deverá possuir equipe técnica mínima composta por:

- a) 01 (um) Engenheiro Civil, devidamente registrado no CREA;
- b) 01 (um) Arquiteto e Urbanista, devidamente registrado no CAU.

5.5.3. Para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional, a licitante deverá apresentar Certidão de Acervo Técnico – CAT e/ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT de, no mínimo, 01 (um) dos responsáveis técnicos indicados, acompanhada do respectivo atestado de capacidade técnica, comprovando experiência na execução de serviços compatíveis com o objeto da presente licitação, especialmente relacionados à elaboração de projetos de engenharia.

5.5.4. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, a licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, em nome da empresa, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) ou autenticado(s) pelo CREA ou CAU, comprovando a execução dos seguintes serviços:

- a) elaboração de projeto de pavimentação;
- b) elaboração de projeto para construção/reforma de estádio de futebol ou equipamento esportivo similar.

5.5.4.1. Os atestados deverão demonstrar a execução de serviços compatíveis em características, porte e complexidade técnica com os objetos licitados, admitindo-se a apresentação de um ou mais atestados para atendimento das parcelas de maior relevância técnica.

5.5.5. A licitante deverá comprovar que possui, em seu quadro técnico, na data da apresentação da proposta:

- a) 01 (um) Engenheiro Civil;

5.5.5.1. A comprovação do vínculo profissional poderá ser realizada mediante apresentação de:

- a) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
- b) ficha de registro de empregado;
- c) contrato de prestação de serviços;
- d) contrato social, em caso de sócio;
- e) Certidão de Registro da empresa junto ao CREA ou CAU contendo o profissional como responsável técnico.

5.5.6. Todos os profissionais indicados deverão possuir habilitação legal compatível com as atribuições técnicas necessárias à execução do objeto contratado.

6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

6.1. A licitante vencedora será a empresa que apresentar proposta em conformidade com o valor estipulado para a contratação e quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço, com base nas especificações.

6.2. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, nos termos do art. 59, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

7. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Os serviços deverão ser prestados para a Prefeitura Municipal de Lagoa de São Francisco – PI, de acordo com a Ordem de Serviço emitida.

7.2. O prazo de início da prestação dos serviços será de até 05 (cinco) dias úteis, a partir da emissão da Ordem de Serviço.

7.3. A empresa contratada deverá proceder, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas a contar da notificação, à substituição dos serviços em desconformidade com as especificações deste Termo de Referência.

7.4. Correrão por conta da contratada todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços, incluindo mão de obra, equipamentos e eventuais danos a terceiros durante a execução.

7.5. Apresentar os projetos no máximo em tamanho A1 e memoriais/planilhas em tamanho A4, em papel e formato digital (PDF, DWG e XLS).

9. CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PROJETOS

9.1. O prazo para conclusão dos serviços será de até 30 (trinta) dias corridos a partir da assinatura da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado mediante justificativa por escrito da contratada e aprovação da Prefeitura Municipal.

9.2. Após a entrega, a equipe de fiscalização da Prefeitura terá até 15 (quinze) dias para analisar os produtos e emitir o Termo de Recebimento e Aceite, podendo solicitar correções à contratada.

10. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E ACEITE

10.1. A fiscalização será exercida por servidor indicado pela Prefeitura Municipal de Lagoa de São Francisco – PI, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

10.2. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, conforme o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

10.3. O projeto será considerado aceito quando atender às normas técnicas brasileiras aplicáveis e não apresentar falhas de qualidade ou quantidade que o tornem inadequado para execução da obra.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos orçamentários indicados pela Secretaria Municipal de Finanças, conforme dotação específica a ser consignada no instrumento contratual.

12. DO PAGAMENTO

12.1. Após a análise e aprovação dos projetos pela Prefeitura Municipal, o pagamento será efetuado mediante apresentação de nota fiscal/fatura, boletim de medição atestado pela fiscalização e certidões negativas de débitos dentro do prazo de validade.

12.2. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias após o recebimento da documentação completa e aprovação pela Prefeitura Municipal.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Nos termos dos arts. 155 ao 163 da Lei nº 14.133/2021, os licitantes e contratados poderão sofrer as seguintes sanções administrativas:

- Advertência, nas hipóteses de inexecução parcial que não cause grave dano;
- Multa, não inferior a 0,5% nem superior a 30% do valor do contrato;
- Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

13.2. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a contratada a multa de mora, conforme art. 162 da Lei nº 14.133/2021.

14. ESTIMATIVA DE CUSTOS

14.1. O valor total da contratação está estimado em R\$ 23.880,00 (vinte e três mil, oitocentos e oitenta reais), distribuídos conforme abaixo:

- Elaboração do Projeto Básico e Planilha Orçamentária de Pavimentação de Vias Públicas no Município de Lagoa de São Francisco – PI: R\$ 11.940,00 (onze mil, novecentos e quarenta reais);
- Elaboração do Projeto Básico e Planilha Orçamentária da 3ª Etapa da Reforma do Estádio de Futebol no Município de Lagoa de São Francisco – PI: R\$ 11.940,00 (onze mil, novecentos e quarenta reais).

14.2. Os valores estão de acordo com os praticados no mercado e com as Tabelas SINAPI/Dezembro 2025 – Sem Desoneração; ORSE/Novembro 2025; SICRO/Outubro 2025 – Sem Desoneração, em conformidade com o Acórdão TCU nº 2.622/2013.

14.3. Na apresentação da proposta de preço, é obrigatória a Planilha Orçamentária detalhada por objeto, Composição de BDI e Composição dos Encargos Sociais.

15. MÉTODO DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS

15.1. Valor previsto no Termo de Referência, bem como divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa, nos termos do art. 75, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

16. CONCLUSÃO

16.1. Conclui-se pela necessidade e conveniência da contratação supramencionada, visando atender às demandas da Prefeitura Municipal de Lagoa de São Francisco – PI, com benefícios diretos para a mobilidade urbana, a prática esportiva e a qualidade de vida da população.

Lagoa de São Francisco – PI, 13 de maio de 2026.



LAGOA

DE SÃO FRANCISCO

PREFEITURA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE SÃO FRANCISCO-PI					
PLANILHA RESUMO					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO	
				UNIT.	TOTAL
1.0	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ENGENHARIA				
1.1	PROJETOS BÁSICOS E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	unid.	1,00	11.940,00	11.940,00
1.2	PROJETOS BÁSICOS E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS DA 3ª ETAPA DA REFORMA DO ESTÁDIO DE FUTEBOL	unid.	1,00	11.940,00	11.940,00
TOTAL GERAL ORÇAMENTÁRIO.....R\$					R\$ 23.880,00
OBS. 1: Os preços unitários estão com base na Tabela SINAPI Dezembro/2025 - Sem Desoneração; ORSE Novembro/2025; SICRO Outubro/2025 - Sem Desoneração.					
OBS. 2: Orçamento em conformidade com o Acórdão TCU 2622/2013, obedecendo a lei da desoneração.					





PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE SÃO FRANCISCO-PI					
Objeto:	PROJETOS BÁSICOS E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS				
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - ELABORAÇÃO DO PROJETO DE ENGENHARIA					
Item	Discriminação dos Serviços	Unid.	Quant.	Preço (R\$)	
				Unitário	Total
A	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO				
1.0	MÃO-DE-OBRA				
1.1	Campo/Projetos				
1.1.1	Coordenador (Engenheiro) - SINAPI 93565	mês	0,10	23.222,51	2.322,95
1.1.2	Técnico (Topógrafo) - SINAPI 94296	mês	0,30	7.324,27	2.197,28
1.1.3	Arquiteto - SINAPI 93569	mês	0,20	22.704,56	4.540,91
1.2	Gabinete				
1.2.1	Coordenador (Engenheiro) - SINAPI 93565	mês	0,10	23.222,51	2.322,25
1.2.2	Cadista / Calculista - SINAPI 93561	mês	0,40	5.577,68	2.231,07
2.0	LOCOMOÇÃO				
2.1	Coordenador / Equipe de Campo				
2.1.1	Veículo leve - pick up (97kw) - 02789/ORSE	h	48,00	10,56	506,88
2.1.2	Combustível (km/bkm/dia) - gasolina (SINAPI 00004222)	l	64,00	5,80	371,20
3.0	EQUIPAMENTOS				
3.1	Estação total eletrônica com alcance máximo de 3.000 m - SICRO E9553	h	48,00	8,5776	411,72
3.2	Micro computador com de monitor 19", software e ploter - 09811/ORSE	mês	0,50	870,00	435,00
4.0	DESPESAS GERAIS E MATERIAIS DE CONSUMO (5%)				
SUB-TOTAL (MÊS)					16.106,22
SUB-TOTAL (DIA - Considerando 21,17 dias trabalhados))					760,80
12 DIAS TRABALHADOS					R\$ 9.129,60
B	ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO, COMPOSIÇÕES UNITÁRIAS DE CUSTOS, MEMORIAIS E ESPECIFICAÇÕES				
1.0	Expresso pela Relação $R = \sum (Q_i \times P) + DD (1 + A) + CO$				
1.1	Quantidade de documentos de cada tipo (Q _i)	und	5,00	136,16010	680,80
1.2	Preço unitário de cada tipo de documento:				
	$P = CD(1 + ES) \cdot (1 + DI) \cdot (1 + L) \cdot (1 + EF) \cdot (1 + I)$				
1.2.1	Custo direto de salários CD):				
	$CD = \sum [(S_m / N_h) \times ht]$				
	Salário bruto mensal (S _m)	mês	23.222,51		
	Número médio de horas úteis por mês (N _h = N _d x J)	h	169,36		
	Número médio de dias úteis por mês durante o ano (N _d)	dia	21,17		
	Jornada diária de trabalho (J)	h	8,00		
	Quantidade de horas trabalhadas no serviço (h _t)	h	30,00		
1.3	Despesas Diretas (DD)	%	3,65		24,85
1.4	Taxa de Administração (A)	%	3,86		0,96
1.5	Contingências	%	5,00		34,04
TOTAL DO ITEM II					R\$ 740,65
C	BDI SERVIÇOS = 20,97%				2.069,75
TOTAL GERAL DA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE ENGENHARIA					R\$ 11.940,00

OBS. 1: Os preços unitários estão com base na Tabela SINAPI Dezembro/2025 - Sem Desoneração; ORSE Novembro/2025; SICRO Outubro/2025 - Sem Desoneração.





PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE SÃO FRANCISCO-PI					
Objeto:	PROJETOS BÁSICOS E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS DA 3ª ETAPA DA REFORMA DO ESTÁDIO DE FUTEBOL				
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - ELABORAÇÃO DO PROJETO DE ENGENHARIA					
Item	Discriminação dos Serviços	Unid.	Quant.	Preço (R\$)	
				Unitário	Total
A	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO				
1.0	MÃO-DE-OBRA				
1.1	Campo/Projetos				
1.1.1	Coordenador (Engenheiro) - SINAPI 93565	mês	0,10	23.222,51	2.322,95
1.1.2	Técnico (Topógrafo) - SINAPI 94296	mês	0,30	7.324,27	2.197,28
1.1.3	Arquiteto - SINAPI 93569	mês	0,20	22.704,56	4.540,91
1.2	Gabinete				
1.2.1	Coordenador (Engenheiro) - SINAPI 93565	mês	0,10	23.222,51	2.322,25
1.2.2	Cadista / Calculista - SINAPI 93561	mês	0,40	5.577,68	2.231,07
2.0	LOCOMOÇÃO				
2.1	Coordenador / Equipe de Campo				
2.1.1	Veículo leve - pick up (97kw) - 02789/ORSE	h	48,00	10,56	506,88
2.1.2	Combustível (km/bkm/dia) - gasolina (SINAPI 00004222)	l	64,00	5,80	371,20
3.0	EQUIPAMENTOS				
3.1	Estação total eletrônica com alcance máximo de 3.000 m - SICRO E9553	h	48,00	8,5776	411,72
3.2	Micro computador com de monitor 19", software e ploter - 09811/ORSE	mês	0,50	870,00	435,00
4.0	DESPESAS GERAIS E MATERIAIS DE CONSUMO (5%)				
SUB-TOTAL (MÊS)					766,96
SUB-TOTAL (DIA - Considerando 21,17 dias trabalhados))					16.106,22
12 DIAS TRABALHADOS					760,80
					R\$ 9.129,60
B	ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO, COMPOSIÇÕES UNITÁRIAS DE CUSTOS, MEMORIAIS E ESPECIFICAÇÕES				
1.0	Expresso pela Relação $R = \sum (Q_i \times P) + DD (1 + A) + CO$				
1.1	Quantidade de documentos de cada tipo (Q _i)	und	5,00	136,16010	680,80
1.2	Preço unitário de cada tipo de documento: $P = CD(1 + ES) \cdot (1 + DI) \cdot (1 + L) \cdot (1 + EF) \cdot (1 + I)$				
1.2.1	Custo direto de salários CD): $CD = \sum [(S_m / N_h) \times ht]$		1,00	4.113,58	
	Salário bruto mensal (S _m)	mês	23.222,51		
	Número médio de horas úteis por mês (N _h = N _d x J)	h	169,36		
	Número médio de dias úteis por mês durante o ano (N _d)	dia	21,17		
	Jornada diária de trabalho (J)	h	8,00		
	Quantidade de horas trabalhadas no serviço (h _t)	h	30,00		
1.3	Despesas Diretas (DD)	%	3,65		24,85
1.4	Taxa de Administração (A)	%	3,86		0,96
1.5	Contingências	%	5,00		34,04
TOTAL DO ITEM II					R\$ 740,65
C	BDI SERVIÇOS = 20,97%				
					2.069,75
TOTAL GERAL DA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE ENGENHARIA					R\$ 11.940,00

OBS. 1: Os preços unitários estão com base na Tabela SINAPI Dezembro/2025 - Sem Desoneração; ORSE Novembro/2025; SICRO Outubro/2025 - Sem Desoneração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE SÃO FRANCISCO-PI	
DETALHAMENTO DO BDI	
1.0 - Bonificação (lucros) (L)	6,40%
2.0 - Despesas Indiretas	6,08%
2.1 - Administração Central (AC)	4,01%
2.2 - Risco, Garantia e Seguro (R)	0,96%
2.3 - Despesas Financeiras (DF)	1,11%
3.0 - Impostos e Taxas (I)	6,65%
3.1 - PIS	0,65%
3.2 - ISS	3,00%
3.3 - COFINS	3,00%
3.4 - CPRB (CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RENDA BRUTA)	0,00%
$BDI (\%) = \frac{(1 + AC + R) \times (1 + DF) \times (1 + L)}{(1 - I)} - 1$	20,97%
OBS.: Acórdão nº 2622/2013 - TCU	



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE SÃO FRANCISCO-PI			
ENCARGOS SOCIAIS SOBRE MÃO DE OBRA			
Código	Descrição	Horista (%)	Mensalista (%)
GRUPO A			
A1	INSS	20,00	20,00
A2	SESI	1,50	1,50
A3	SENAI	1,00	1,00
A4	INCRA	0,20	0,20
A5	SEBRAE	0,60	0,60
A6	Salário Educação	2,50	2,50
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00	3,00
A8	FGTS	8,00	8,00
A9	SECONCI	0,00	0,00
A	Total de Encargos Sociais Básicos	36,80	36,80
GRUPO B			
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,82	0,00
B2	Feridos	3,95	0,00
B3	Auxílio - Enfermidade	0,86	0,65
B4	13º Salário	10,96	8,33
B5	Licença Paternidade	0,07	0,05
B6	Faltas Justificadas	0,73	0,56
B7	Dias de Chuvas	1,17	0,00
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,10	0,07
B9	Férias Gozadas	11,71	8,90
B10	Salário Maternidade	0,03	0,03
B	Total de Encargos Sociais que recebem incidências de A	47,40	18,59
GRUPO C			
C1	Aviso Prévio Indenizado	5,30	4,03
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,12	0,09
C3	Férias (indenizadas)	2,46	1,87
C4	Depósito Rescisão sem justa causa	2,89	2,20
C5	Indenização Adicional	0,45	0,34
C	Total de Encargos Sociais que não recebem as incidências globais de A	11,22	8,53
GRUPO D			
D1	Reincidência de A sobre B	17,44	6,84
D2	Reincidência de A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,47	0,36
D	Total das Taxas incidências e reincidências	17,91	7,20
TOTAL (A+B+C+D)		113,33	71,12



ANEXO II

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Em atendimento ao inciso I do art. 18 da Lei 14.133/2021, o presente instrumento caracteriza a primeira etapa do planejamento do processo de contratação e busca atender o interesse público envolvido e buscar a melhor solução para atendimento da necessidade aqui descrita

Introdução

O presente documento tem por finalidade instruir a fase preparatória da contratação de empresa ou profissional especializado para a prestação de serviços técnicos de engenharia e arquitetura, destinados à elaboração de projetos básicos, planilhas orçamentárias e demais peças técnicas necessárias à execução de obras de pavimentação de vias públicas e da 3ª etapa da reforma do Estádio de Futebol do Município de Lagoa de São Francisco – PI.

A contratação proposta visa atender às necessidades da Administração Municipal quanto ao adequado planejamento, detalhamento técnico e estimativa de custos das intervenções pretendidas, possibilitando a correta definição do objeto, a mensuração dos quantitativos, a composição dos preços referenciais e a formação de base técnica suficiente para futura execução das obras, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, transparência e interesse público.

Os serviços a serem contratados possuem natureza técnica especializada, exigindo conhecimento específico nas áreas de engenharia e arquitetura, especialmente quanto à elaboração de projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas, cronogramas físico-financeiros, composições de custos e planilhas orçamentárias compatíveis com as normas técnicas aplicáveis e com os sistemas oficiais de referência de preços.

Nesse sentido, a elaboração prévia dos projetos básicos e das planilhas orçamentárias constitui etapa essencial para assegurar maior segurança técnica e administrativa ao Município, evitando contratações imprecisas, estimativas inadequadas, aditivos indevidos, paralisações de obras e falhas na execução contratual. Além disso, tais documentos servirão como fundamento para eventual processo licitatório ou contratação futura destinada à execução das obras públicas planejadas.

Assim, a presente contratação revela-se necessária e oportuna, uma vez que permitirá ao Município de Lagoa de São Francisco – PI dispor de instrumentos técnicos adequados para viabilizar a pavimentação de vias públicas e a continuidade da reforma do Estádio Municipal, obras de relevante interesse coletivo, voltadas à melhoria da infraestrutura urbana, da mobilidade, da segurança, do lazer e da qualidade de vida da população.

1. Descrição da Necessidade (inciso I do §1º do artigo 18)

A presente contratação decorre da necessidade do Município de Lagoa de São Francisco – PI de dispor de peças técnicas adequadas, completas e compatíveis com as normas de engenharia e arquitetura, destinadas a